



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
GOVERNANÇA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO
DE DONA INÊS - PB

LANA NALIN ALVES

BANANEIRAS – PB
Abril/2026

LANA NALIN ALVES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
GOVERNANÇA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO
DE DONA INÊS - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, da Universidade Federal da Paraíba / UFPB – Campus III - Bananeiras

Orientador: Prof. Dr. José Mancinelli Ledo do Nascimento.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474r Alves, Lana Nalin.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
GOVERNANÇA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE DONA
INÊS - PB / Lana Nalin Alves. - Bananeiras, 2026.
38 f. : il.

Orientação: José Mancinelli Lêdo do Nascimento.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Economia solidária. 2. Governança. 3.
Responsabilidade Social. 4. Desenvolvimento local. I.
Nascimento, José Mancinelli Lêdo do. II. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

CDU 658 (042)

FOLHA DE APROVAÇÃO


Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração.

Discente: LANA NALIN ALVES


Trabalho: **RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE GOVERNANÇA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS - PB**

Data de aprovação: 09 /04/2026


Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MANCINELLI LEDO DO NASCIMENTO**
Data: 12/04/2026 11:17:44-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Mancinelli Lêdo do Nascimento
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **DANILO RAIMUNDO DE ARRUDA**
Data: 13/04/2026 16:17:43-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Danilo Raimundo de Arruda
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
 **CLEBER BRITO DE SOUZA**
Data: 13/04/2026 14:59:36-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cleber Brito de Sousa
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, permitindo que eu alcançasse mais essa etapa da minha vida.

Aos meus pais, Marcos Rogério Francisco Alves e Luciana Ap. Nalin Alves, e ao meu irmão, Rafael Nalin Alves, que sempre estiveram ao meu lado desde o momento em que fui aprovada na universidade. Obrigada pelo amor, apoio, incentivo e pela coragem que me transmitiram para sair de casa e seguir meus sonhos em busca de crescimento pessoal e profissional. Sem vocês, essa conquista não seria possível. Agradeço também pela compreensão em todos os momentos em que precisei me dedicar intensamente aos estudos e à realização deste trabalho. Aos meus amigos, Ana Julia Pereira, Renilson dos Santos, Wanessa Machado e Ruan Pablo, a que fizeram parte dessa caminhada, pela amizade, companheirismo e apoio durante todo o período em que estive na universidade.

Ao meu orientador, José Mancinelli Lêdo do Nascimento, por acreditar no meu potencial, pela orientação, paciência e pelas valiosas contribuições que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que essa jornada se tornasse possível, meu sincero agradecimento.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, pela força e pelas oportunidades ao longo dessa caminhada, e aos meus pais e ao meu irmão, pelo amor, apoio e incentivo que tornaram possível a realização desta conquista.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a responsabilidade social a partir da governança da economia solidária no município de Dona Inês – PB, com ênfase na constituição e no gerenciamento do Banco Solidário local. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Como procedimento, adotou-se o estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas aplicadas a oito participantes, sendo os dados analisados por meio da técnica de análise de conteúdo conforme *Bardin (2011)*.

Os resultados indicam que a política de economia solidária foi implementada de forma participativa, com articulação entre universidade, gestão pública e comunidade, resultando na criação de instrumentos como o Banco Solidário, a moeda social e dispositivos legais que fortalecem sua institucionalização. Observou-se o fortalecimento da economia local, especialmente pela maior circulação de recursos no município, embora persistam desafios relacionados ao engajamento social e à necessidade de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento.

A iniciativa apresenta potencial para promover o desenvolvimento local e a responsabilidade social, condicionada ao fortalecimento contínuo da governança.

Palavras-chave: Economia solidária; Governança; Responsabilidade social; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study aims to analyze social responsibility based on the governance of the solidarity economy in the municipality of Dona Inês – PB, with emphasis on the establishment and management of the local Solidarity Bank. The research is characterized as descriptive, with a qualitative approach, carried out through bibliographic and field research. As a procedure, a case study was adopted, using semi-structured interviews conducted with eight participants. Data were analyzed using the content analysis technique according to Bardin (2011).

The results indicate that the solidarity economy policy was implemented in a participatory manner, through the articulation between university, public management, and the local community, resulting in the creation of instruments such as the Solidarity Bank, social currency, and legal frameworks that strengthen its institutionalization. It was also observed the strengthening of the local economy, especially through increased circulation of financial resources within the municipality. However, challenges remain related to social engagement and the need to improve monitoring mechanisms.

The initiative demonstrates potential to promote local development and social responsibility, conditioned to the continuous strengthening of governance.

Keywords: Solidarity economy; Governance; Social responsibility; Local development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Processo da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB24

Quadro 2-Instrumentos legais da política de economia solidária no município de Dona Inês....25

LISTA DE SIGLAS

ES – ECONOMIA SOLIDÁRIA

EES – EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

SENAE - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

UFCG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

GIEGE - GRUPO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS EM GESTÃO ESTRATÉGICA

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. Economia Solidária	13
2.2. Governança.....	16
2.3. Responsabilidade Social.....	17
3.METODOLOGIA	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1. Caracterização do Ambiente e Estudos	20
4.2. Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	21
4.3. Implementação da política de economia solidária no município de Dona Inês.....	21
4.4. Apresentação dos Resultados.....	22
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6.REFERÊNCIAS	34
APENDICÊS.....	36

1.INTRODUÇÃO

A crescente complexidade das relações socioeconômicas contemporâneas exigido novas formas de organização produtiva e de gestão, capazes de conciliar desenvolvimento econômico com justiça social. Nesse contexto, a responsabilidade social emerge como um princípio fundamental, orientando práticas que ultrapassam a busca exclusiva pelo lucro e incorporam preocupações com o bem-estar coletivo, a equidade e a sustentabilidade.

De acordo com Hans Jonas, no âmbito de sua obra *O Princípio Responsabilidade*, a ética contemporânea deve estar orientada para as consequências das ações humanas no longo prazo, especialmente no que se refere à preservação da vida e das condições futuras de existência, destacando que “agir de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na Terra” (Jonas, 2006). Tal perspectiva amplia o entendimento da responsabilidade social para além do presente imediato, incorporando uma dimensão ética intergeracional.

Paralelamente, a economia solidária se apresenta como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, propondo formas de produção, consumo e distribuição baseadas na cooperação, autogestão e solidariedade. Essa abordagem ganha relevância especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais, onde iniciativas coletivas buscam promover inclusão produtiva e desenvolvimento local. Na concepção de Paul Singer, a economia solidária constitui “um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, em que os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles” (Singer, 2002), configurando-se como uma alternativa concreta ao sistema capitalista ao promover práticas econômicas orientadas pela justiça social e pela participação democrática.

Ainda segundo Singer (2004), a economia solidária não se limita à geração de trabalho e renda, mas envolve a construção de novas relações sociais baseadas na cooperação e na autogestão, fortalecendo a cidadania e o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a articulação entre responsabilidade social e economia solidária revela-se fundamental para a promoção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis, especialmente em contextos locais.

Dentre os instrumentos de fortalecimento dessas práticas, destacam-se os bancos comunitários ou bancos solidários, que atuam como mecanismos de inclusão financeira e dinamização das economias locais. Esses bancos operam com base na confiança, no controle social e na participação comunitária, oferecendo serviços como microcrédito

produtivo orientado e, em alguns casos, a circulação de moedas sociais. A constituição e o gerenciamento de um Banco Solidário envolvem processos coletivos de decisão, nos quais a comunidade participa ativamente da definição das regras, da concessão de crédito e do acompanhamento das atividades, reforçando princípios de autogestão defendidos pela economia solidária.

No que se refere à governança, torna-se essencial compreender os mecanismos que orientam a condução, o monitoramento e a avaliação dessas iniciativas. De acordo com o Tribunal de Contas da União, no *Referencial Básico de Governança aplicável a Organizações Públicas (2020)*, governança é entendida como “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão”, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Tal definição reforça a importância da transparência, da accountability e da participação social na gestão de iniciativas públicas e comunitárias, como aquelas vinculadas à economia solidária.

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar como a governança da economia solidária se estrutura em contextos locais, considerando os desafios e potencialidades envolvidos na articulação entre diferentes atores sociais, especialmente no que se refere à implementação e gestão de instrumentos como o Banco Solidário. O município de Dona Inês apresenta-se como um campo empírico pertinente para essa investigação, dada a presença de iniciativas solidárias que buscam promover o desenvolvimento local sustentável.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade social a partir de um estudo de caso sobre a governança da economia solidária no município de Dona Inês, com ênfase na constituição e no gerenciamento do Banco Solidário local. Busca-se, especificamente, compreender como os princípios da economia solidária são incorporados nas práticas de gestão, quais mecanismos de governança são adotados e quais impactos essas iniciativas geram para a comunidade. A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção de modelos econômicos mais inclusivos, democráticos e sustentáveis.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Economia Solidária

No início do século XIX a Europa experimentava as mudanças provocadas pela Primeira Revolução Industrial, momento marcado pelo surgimento da máquina a vapor, intensificação da atividade industrial, e expansão do mercado mundial. A Revolução Industrial também é marcada por grandes problemas sociais, como a substituição massiva de trabalho humano por maquinários, a exposição dos trabalhadores fabris a condições de trabalhos degradantes, e outros ao desemprego e a miserabilidade (Collyer, 2015, p. 2). Neste cenário, surge o primeiro traço da Economia Solidária sob o formato da Economia Social, nomeado por alguns como “associativismo pioneiro” (Aleixo, 2015, p. 5). Este primeiro momento da Economia Social nasceu como reação à precariedade das condições de trabalho e demais efeitos sociais negativos do capitalismo. Surgiram, assim, várias iniciativas de associativismo, mutualismo e cooperativismo. É possível citar como um dos momentos mais importantes, o surgimento das cooperativas woenistas. Robert Owen, proprietário de uma indústria têxtil, propôs a criação de empreendimentos cooperativos, como meio de superação das crises econômicas vivenciadas na primeira parte do século XIX. Suas ideias inspiraram a criação de várias cooperativas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos (Lechat, 2002, p. 5).

No Brasil, a economia solidária ganha força especialmente a partir da década de 1990, como resposta ao desemprego e à precarização do trabalho. Segundo Singer (2002), esse modelo surge como reação às desigualdades provocadas pelo capitalismo industrial, oferecendo uma alternativa baseada na inclusão produtiva e na organização coletiva. Nesse contexto, a economia solidária passa a ser vista não apenas como uma alternativa econômica, mas também como uma estratégia de transformação social. Nesse contexto, a economia solidária passa a ser compreendida não apenas como estratégia de geração de renda, mas como um mecanismo de transformação social e fortalecimento da cidadania.

Em 2003, pela primeira vez esse modelo econômico foi incorporado como uma política pública pelo governo federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) com a publicação da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº. 4.764, de 24 de junho de 2003, com o objetivo de dar respaldo à principal meta do Governo Federal para o Ministério do Trabalho e Emprego, que é o desenvolvimento econômico com crescimento e inclusão social (Brasil, 2003) e a designação do economista Paul Singer, uma referência internacional sobre o tema, para coordenar a pasta. Isso representou uma mudança nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e à garantia de

direitos de cidadania das populações vulneráveis. Desta forma, o trabalho associado e cooperado ganhou espaço e reconhecimento na estrutura do governo federal, ao lado das demais políticas na área, que até então eram mais focadas no trabalho assalariado. Em 2019, a Senaes é extinta e tem as suas competências fragmentadas em outras áreas do governo. Em janeiro de 2023, a secretaria é recriada por meio do Decreto nº 11.359.

O conceito de economia solidária está associado ao debate sobre as formas de cooperação econômica e de manifestação da solidariedade na sociedade. Nesse sentido, abrange tanto atividades econômicas — como as desenvolvidas por cooperativas em diversos setores produtivos — quanto práticas sociais, como o trabalho voluntário em associações. Segundo Laville (2001), essas iniciativas podem ser compreendidas como “serviços de proximidade”, nos quais o fortalecimento dos laços sociais ocorre por meio da reciprocidade.

No contexto latino-americano, a economia solidária aproxima-se da noção de economia popular, caracterizada pela informalidade e pela organização coletiva de trabalhadores. Conforme Lechat (2008), são consideradas iniciativas de economia solidária aquelas voltadas à geração de trabalho e renda, como cooperativas de produção, consumo e crédito, além de práticas como clubes de troca. Nesses casos, a solidariedade manifesta-se por meio da cooperação produtiva, do uso coletivo dos meios de produção e da autogestão (Gaiger, 2012). Esse conjunto de características evidencia uma lógica organizacional distinta do modelo tradicional, aproximando-se de estruturas baseadas na participação e na gestão compartilhada.

Economia solidária é definida por Singer (1999) como a forma de organizar produção e/ou distribuição que adota o princípio da democracia na tomada de decisões e da equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados

Já a solidariedade que caracteriza essas experiências remete-se “à cooperação na atividade produtiva, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos” (Gaiger, 2012a, p. 317). Dessa forma, não estariam incluídas as associações sem fins lucrativos ou filantrópicas que não produzem renda para seus sócios, típicas do chamado “terceiro setor”, e que também estão contidas na noção de economia social europeia. Porém, há de se ressaltar que algumas associações que prestam serviços de apoio ou assessoramento aos empreendimentos econômicos também são reconhecidas como agentes que compõem o campo da economia solidária, por atuarem como difusores do cooperativismo e associativismo (Silva, 2016).

Sua unidade básica de análise compreende um amplo conjunto de iniciativas econômicas autogestionárias que visam a garantia de trabalho e renda aos seus associados,

conhecidas genericamente como empreendimentos de economia solidária (EES), cujos princípios básicos são: i) associação voluntária entre trabalhadores engajados em questões de interesse comum; ii) posse coletiva dos meios de produção; iii) gestão democrática do empreendimento; e iv) repartição da receita líquida entre os associados (Dal Ri, 1999; Singer, 2001; França Filho e Laville, 2006; Silva, 2017a).

Ao estudar os princípios da Economia Solidária, faz-se referência não apenas de valores que norteiam esse modo de produção, mas também, aos ideais que vão inspirar e delinear o modo de funcionamento das organizações que compõem essa economia, isto é, são seus elementos constituidores, sem os quais não é possível caracterizar os empreendimentos solidários. Apesar das divergências conceituais, há na literatura pontos de convergência, o que permite elencar como seus princípios, a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a democracia.

Esses elementos, quando aplicados de forma efetiva, possibilitam a construção de empreendimentos mais inclusivos e alinhados ao desenvolvimento local sustentável. No entanto, na prática, a implementação desses princípios pode ocorrer de maneira desigual, variando conforme o contexto institucional e a forma de governança adotada.

Nesse sentido, observa-se que existem experiências em que a economia solidária se aproxima de seu modelo ideal, com maior participação dos membros nas decisões, organização coletiva e fortalecimento dos vínculos comunitários. Nesses casos, os princípios da autogestão e da cooperação são mais evidentes, contribuindo para o fortalecimento dos empreendimentos e para sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Por outro lado, há também situações em que a aplicação desses princípios ocorre de forma limitada ou distorcida. Um exemplo disso pode ser observado no caso de Recife (PE), onde iniciativas de economia solidária enfrentaram dificuldades relacionadas à governança pública, especialmente no que se refere à descontinuidade administrativa, à falta de institucionalização das políticas e à dependência de decisões governamentais. Esses fatores comprometeram a continuidade das ações e enfraqueceram a consolidação dos empreendimentos, demonstrando uma distância entre os princípios teóricos da economia solidária e sua efetivação prática.

Dessa forma, a análise desses diferentes contextos evidencia que a economia solidária não depende apenas da adesão aos seus princípios, mas também da forma como é estruturada e sustentada pela governança pública e institucional.

2.2. Governança

O termo governança tem origem no grego, que remete ao ato de conduzir ou direcionar uma organização a determinado objetivo. Em contextos mais simples, a definição de diretrizes e sua execução tendem a ocorrer de forma integrada, favorecendo a coerência entre planejamento e resultados. No entanto, em organizações mais complexas, há separação entre aqueles que definem as diretrizes e aqueles que executam as ações, o que pode gerar conflitos e dificultar o alcance dos objetivos propostos (Tribunal de Contas da União, 2020).

De forma geral, a governança pode ser compreendida como o exercício da autoridade, controle e gestão dos recursos de uma sociedade, visando ao desenvolvimento. Nesse sentido, o Banco Mundial (1992) define governança como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, envolvendo a capacidade do governo de planejar, formular e implementar políticas públicas.

No âmbito público, a governança assume papel central na condução das políticas públicas, sendo compreendida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à geração de valor público e à prestação de serviços à sociedade (Tribunal de Contas da União, 2017; OCDE, 2017).

Esses mecanismos se materializam por meio de instrumentos de governança, tais como processos de planejamento estratégico, sistemas de monitoramento e avaliação, mecanismos de transparência, prestação de contas (accountability) e espaços de participação social. Tais instrumentos permitem não apenas orientar a ação do Estado, mas também garantir maior controle social, legitimidade e efetividade das políticas públicas.

Nesse contexto, a governança se diferencia da gestão. Enquanto a governança está relacionada à definição de diretrizes, ao controle e ao monitoramento, a gestão refere-se à execução das ações e à operacionalização das atividades planejadas. Dessa forma, a governança orienta a atuação da gestão e contribui para o alcance de melhores resultados (Silva, 2018).

A governança pública está fundamentada em princípios como transparência, integridade, equidade, prestação de contas e participação social, os quais fortalecem a confiança da sociedade e ampliam a legitimidade das ações governamentais (IFAC, 2014; OCDE, 2015). Para sua análise, podem ser consideradas dimensões como participação, transparência, prestação de contas, estrutura de decisão, monitoramento e articulação institucional, que permitem compreender como se estruturam os processos decisórios e a interação entre os diferentes atores envolvidos.

No campo das políticas públicas, a governança desempenha papel essencial, uma vez que envolve a articulação entre diferentes atores e a coordenação de ações voltadas ao atendimento das demandas sociais. De acordo com Celina Souza (2006), as políticas públicas correspondem ao processo por meio do qual o governo coloca suas ações em prática, traduzindo objetivos em programas e intervenções que geram impactos na sociedade.

Nesse sentido, a governança pública torna-se especialmente relevante no âmbito da economia solidária, uma vez que essas iniciativas se baseiam na cooperação, na autogestão e na participação coletiva. Assim, a atuação do poder público, por meio de mecanismos de governança, é fundamental para fomentar, organizar e acompanhar políticas que promovam inclusão produtiva, geração de renda e desenvolvimento local.

Além disso, a governança pública, ao incorporar princípios como participação social e transparência, aproxima-se da noção de responsabilidade social, ao buscar alinhar a atuação do Estado às demandas da sociedade e à promoção do bem-estar coletivo. Nesse contexto, a economia solidária pode ser compreendida como uma expressão prática dessa responsabilidade, ao articular políticas públicas voltadas à inclusão social, à redução das desigualdades e ao fortalecimento das comunidades locais.

2.3. Responsabilidade Social

A responsabilidade social tem sido amplamente discutida na literatura, apresentando diferentes abordagens e evoluindo ao longo do tempo. Inicialmente associada ao contexto empresarial, essa temática passou a incorporar uma perspectiva mais ampla, relacionada ao compromisso com o desenvolvimento social, a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar coletivo (Carroll, 1991; Asheley, 2003).

Nesse sentido, a responsabilidade social pode ser compreendida como o compromisso das organizações com a sociedade, expresso por meio de práticas que considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também dimensões sociais e éticas em suas decisões e ações.

De acordo com Carroll (1991), a responsabilidade social abrange diferentes dimensões, incluindo a responsabilidade econômica, legal, ética e filantrópica, evidenciando que a atuação das organizações deve ir além do cumprimento de obrigações legais, incorporando valores e práticas voltadas ao interesse coletivo.

No âmbito da gestão pública, essa perspectiva amplia-se ao considerar o papel do Estado na promoção de políticas que atendam às demandas sociais, reforçando a importância de práticas pautadas na equidade, na justiça social e na participação.

Dessa forma, a responsabilidade social se articula com a governança pública, na medida em que ambas buscam orientar a atuação institucional para o atendimento do interesse coletivo, por meio de mecanismos que promovam transparência, participação e controle social.

No contexto da economia solidária, essa relação torna-se ainda mais evidente, uma vez que tais iniciativas têm como base princípios como cooperação, inclusão social e desenvolvimento local, configurando-se como práticas que materializam a responsabilidade social na atuação do poder público e da sociedade.

A efetividade da responsabilidade social está diretamente relacionada à existência de mecanismos de governança que garantam a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a governança desempenha um papel estruturante, ao organizar os processos decisórios e assegurar maior transparência e participação.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (2020), princípios como transparência e accountability são fundamentais para garantir que as ações organizacionais estejam alinhadas com os interesses coletivos. No contexto da economia solidária, esses princípios tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que envolvem a participação direta dos membros nas decisões.

Entretanto, conforme argumentam Gaiger (2004) e Laville (2009), a ausência de práticas estruturadas de governança pode comprometer a efetividade das ações, resultando em baixa participação, fragilidade na tomada de decisão e dificuldade na avaliação dos resultados. Dessa forma, observa-se que a responsabilidade social não pode ser analisada de forma isolada, estando diretamente condicionada à qualidade da governança adotada.

A análise conjunta dos conceitos abordados permite compreender que a economia solidária, a governança e a responsabilidade social estão profundamente interligadas.

A economia solidária estabelece as bases para práticas organizacionais voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento local. No entanto, sua efetividade depende da existência de políticas públicas que promovam seu fortalecimento e organização.

Por sua vez, a governança atua como elemento estruturante, sendo responsável por organizar os processos decisórios, garantir a participação dos membros e assegurar a transparência das ações. Além disso, por meio de instrumentos de monitoramento e avaliação, amplamente utilizados na governança pública, como planejamento, definição de metas e avaliação de políticas públicas, a governança permite avaliar o desempenho das iniciativas e identificar possíveis fragilidades.

Nesse contexto, a responsabilidade social emerge como resultado dessas interações, refletindo o impacto das práticas desenvolvidas na sociedade. Assim, verifica-se que a

efetividade das ações de economia solidária está diretamente relacionada à qualidade da governança e à forma como as políticas públicas são implementadas.

Dessa forma, a análise integrada desses elementos torna-se fundamental para compreender como ocorre a governança na economia solidária, bem como a compreensão da governança pública abre espaço para a análise da responsabilidade social, uma vez que ambas se articulam na promoção do interesse coletivo.

3.METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo analisar a responsabilidade social a partir de um estudo de caso sobre a governança da economia solidária no município de Dona Inês – PB, com ênfase na constituição e no gerenciamento do Banco Solidário local.

Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois busca caracterizar e compreender um fenômeno específico. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em materiais já publicados, como livros e artigos científicos, contribuindo para a construção teórica do estudo. Já a pesquisa de campo consiste em uma investigação empírica realizada no local onde o fenômeno ocorre, possibilitando a coleta de dados diretamente com os sujeitos envolvidos (Vergara, 2017).

O caráter descritivo da pesquisa se justifica pelo objetivo de analisar como os princípios da economia solidária são incorporados nas práticas de gestão, identificar os mecanismos de governança adotados e compreender os impactos dessas iniciativas na comunidade (Gil, 2008).

Em relação aos procedimentos, adotou-se o método de estudo de caso, por permitir a investigação aprofundada de um fenômeno em seu contexto real (Yin, 2005). Esse método possibilita a análise detalhada de múltiplos aspectos relacionados ao objeto de estudo (Oliveira, 2002).

Quanto às técnicas de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, por ser adequada à compreensão da perspectiva dos participantes (Godoi; Bandeira; Silva, 2012). Esse tipo de entrevista permite maior flexibilidade, possibilitando ao pesquisador retomar questões centrais quando necessário (Gil, 2002). O registro das entrevistas foi realizado por meio de gravações, com o consentimento dos participantes, e/ou por anotações feitas pelo pesquisador.

As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2026, com atores envolvidos na implementação e participação das políticas de economia solidária no município de Dona Inês – PB.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois busca compreender e interpretar os dados a partir da perspectiva dos participantes (Minayo, 2012). Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados (Bardin, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Caracterização do Ambiente e Estudos

O município de Dona Inês, localizado no estado da Paraíba, insere-se no bioma Caatinga, característico do semiárido nordestino, apresentando desafios relacionados às vulnerabilidades socioeconômicas e às limitações estruturais típicas desse contexto. Seu território possui características geográficas específicas, com relevo marcado por serras e divisão entre áreas do Brejo Paraibano e do Curimataú, o que contribui para sua diversidade ambiental e produtiva.

De acordo com dados do IBGE (2025), o município possui população de 10.380 habitantes, com distribuição equilibrada entre zona urbana e rural, caracterizando-se como uma localidade de pequeno porte.

No âmbito socioeconômico, observa-se que o município apresenta limitações estruturais no desenvolvimento socioeconômico. Em 2023, o salário médio dos trabalhadores formais era de aproximadamente 2 salários-mínimos, com cerca de 771 pessoas ocupadas formalmente. Além disso, historicamente, parcela significativa da população apresenta baixos níveis de renda, sendo que 55,6% viviam com até meio salário-mínimo per capita, evidenciando um cenário de vulnerabilidade social (IBGE, 2025).

Diante desse contexto, observa-se que as limitações socioeconômicas e estruturais do município reforçam a importância de compreender e analisar as estratégias já existentes de promoção do desenvolvimento local. Nesse cenário, iniciativas como a economia solidária, recentemente implementadas no município, tornam-se especialmente relevantes, ao buscar fortalecer a geração de renda, a inclusão social e a dinamização da economia local. Assim, evidencia-se a necessidade de investigar como essas iniciativas vêm sendo estruturadas e conduzidas, especialmente no que se refere aos seus mecanismos de governança e aos seus impactos no desenvolvimento municipal.

4.2. Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Sendo assim, foram considerados como sujeitos da pesquisa os atores diretamente envolvidos na formulação, implementação e consolidação das ações de economia solidária no município de Dona Inês – PB, especialmente aqueles que desempenham funções estratégicas na gestão pública, bem como indivíduos que contribuíram diretamente para a construção e funcionamento das iniciativas locais.

Dessa forma, participaram da pesquisa representantes da gestão municipal, incluindo membros do secretariado e o gestor público, além do agente responsável pela operacionalização do Banco Solidário. Também foram entrevistados dois professores universitários que contribuíram para o processo de implementação da economia solidária no município, por meio de ações de apoio técnico, capacitação e articulação institucional. Ademais, integrou o conjunto de entrevistados uma participante que, além de atuar na gestão municipal, possui envolvimento com as associações locais, contribuindo com uma perspectiva complementar sobre a dinâmica organizativa no município.

Ao todo, foram entrevistados oito participantes, selecionados de forma intencional, em função de sua relevância e atuação no processo estudado, possibilitando a obtenção de diferentes perspectivas sobre a governança e o funcionamento da economia solidária no município.

Para apresentar o conteúdo coletado e analisado utilizamos a letra “E” para apresentar os entrevistados (sujeito da pesquisa) e em seguida a numeração para codificar cada entrevistado, ficando denominado E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8, na identificação destes.

4.3. Implementação da política de economia solidária no município de Dona Inês

A implementação da política de economia solidária no município de Dona Inês configura-se como um processo recente, iniciado por volta de 2025, e desenvolvido de forma gradual e articulada, a partir da interação entre diferentes atores institucionais e sociais. A análise das entrevistas e dos documentos institucionais evidencia que a origem dessa política está associada tanto à atuação de instituições de ensino superior quanto à identificação de aspectos relevantes da dinâmica econômica e social do município.

E esta política ocorrendo por meio de um processo estruturado, desenvolvido em diferentes etapas ao longo do tempo, envolvendo ações de capacitação, mobilização, construção coletiva e institucionalização.

Inicialmente, observa-se que a introdução da economia solidária no território ocorreu por meio de ações de capacitação e mobilização, promovidas em parceria com as Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), através dos pesquisadores ligados ao grupo de Pesquisadores e Extensionistas ligados ao Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão Estratégica (GIEGE). As ações desenvolvidas foram essenciais para na difusão do tema e na sensibilização dos atores locais, por meio de oficinas, cursos e atividades de extensão.

A análise desenvolvida nesta seção fundamenta-se nas percepções de oito entrevistados, selecionados em função de sua atuação direta no processo de implementação da política, abrangendo diferentes esferas, como a gestão pública municipal, o meio acadêmico, a operacionalização do Banco Solidário e a articulação com organizações locais. Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados pela letra “E”, seguida de numeração sequencial (E1 a E8), utilizada ao longo da análise.

4.4. Apresentação dos Resultados

O conteúdo foi descrito e interpretado para compreender as abordagens ocorridas durante o processo de institucionalização da economia solidária (ES) e a criação do banco solidário na percepção dos atores envolvidos no caso estudado. Ao perguntar aos entrevistados sobre como surgiu a iniciativa da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, observa-se que sua origem está fortemente associada às ações de capacitação e mobilização promovidas por instituições de ensino superior.

Como destacado por E1:

E1: “A iniciativa de economia solidária, ela surge justamente do portfólio das atividades que o GIEGE promove junto aos municípios [...] nós tivemos uma conversa com o pessoal de Dona Inês e o pessoal colocou [...] uma oficina ou uma palestra sobre a economia solidária [...] Quando o professor chega aqui, ele vai ministrar o curso que é a economia solidária e coincide que o gestor municipal também está presente nesse processo...”

De forma semelhante, E3 e E4 também apontam que a origem esteve associada à realização de oficinas em articulação com a universidade:

E3: “Surgiu com uma oficina que a gente propôs [...] com um servidor da UFPB. [...] E, durante as conversas que houve durante a oficina [...] e propôs ao prefeito uma ação mais ousada.”

E4: “A partir do momento que foi entrado em contato com o professor da universidade, onde ele trouxe a questão da economia solidária e apresentou ao gestor [...] e foi montado o Plano Municipal de Economia Solidária.”

Essas falas evenciam que a política não se iniciou de forma isolada, mas a partir da articulação entre universidade, gestão pública e comunidade, indicando um processo construído de maneira conjunta.

Nesse sentido, verifica-se que essas ações não se limitaram à disseminação de conhecimento, mas desempenharam papel estratégico na mobilização e na construção inicial da política no território. Desta forma, em consonância com as evidências anteriores identificadas, a implementação da política evidencia a continuidade de uma lógica participativa, já observada em sua fase inicial, caracterizada pela articulação de diferentes atores sociais.

Ao analisar os procedimentos adotados para a implementação da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, verifica-se, a partir das falas dos entrevistados, que o processo se configura de forma conjunta e a continua, da dinâmica já identificada em sua origem. Assim, foi perguntando aos entrevistados sobre como se deu esse processo.

Conforme destacado por E4:

“Primeiro foi feito um plano [...] foi construído da base, através de várias reuniões que ocorreram, mais de trinta reuniões com a comunidade [...] e com isso surge o plano e ele está sendo colocado em prática gradativamente. Já foram colocadas algumas ações e ainda serão implementadas outras.” (E4)

De forma complementar, E5 reforça essa dinâmica ao evidenciar que:

“o planejamento do sistema, foi de baixo para cima, começou nas comunidades, com as associações, conversa com produtor, a conversa com os participantes, para poder chegar no plano. [...] foram 33 reuniões registradas, mais algumas [...] montou junto com os professores da universidade, tanto da UFPB campus de Bananeiras, como da UFCG de Campina Grande, e o prefeito participando, a gestão pública, que era presente o tempo todo, que era fundamental para que os agricultores e os associados tivessem essa segurança de que não ia ser uma coisa solta.” (E5)

Além disso, “os entrevistados indicam” que esse processo exigiu tempo e envolvimento contínuo dos participantes”, como evidenciado por E7: *“foi um ano de estudo [...] um ano de conscientização [...] para que as pessoas se sentissem pertencentes à proposta, e não apenas algo que fosse imposto.”*

Observa-se ainda que, ao longo desse processo, foram realizadas diferentes etapas institucionais, como a criação de uma central de associações, a realização de conferências municipais e a formalização do Plano Municipal de Economia Solidária.

Conforme destacado por E5:

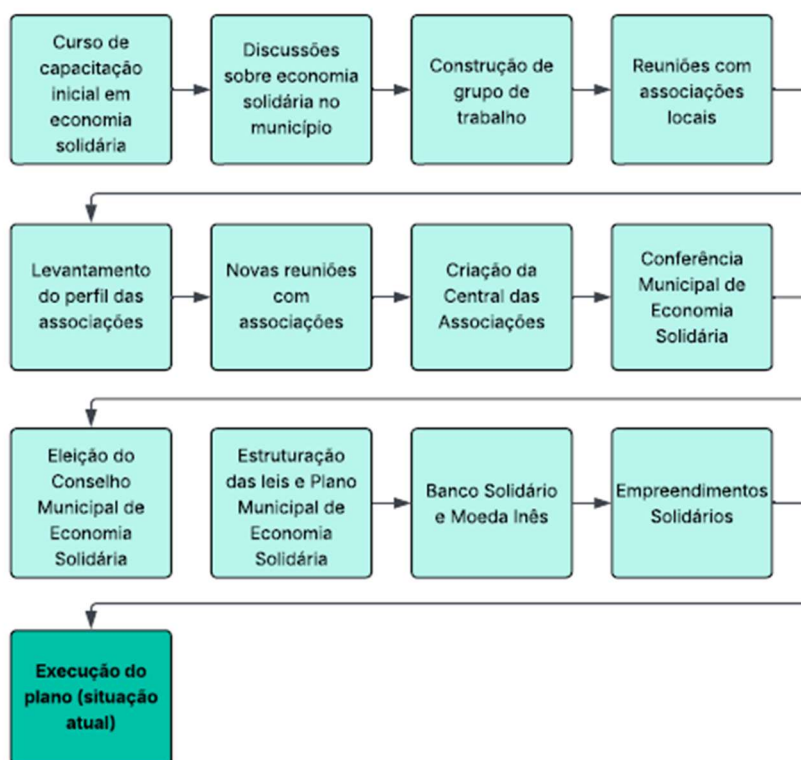
“foi criada a central das associações [...] Depois veio o Conselho da Economia Solidária, a gente fez a primeira Conferência Municipal da Economia Solidária, onde foi criado. Fizemos a implantação do banco comunitário com a nossa moeda Inês e a criação do plano que agora já estamos no anual” (E5)

Nesse sentido, evidencia-se que a política foi desenvolvida a partir de um processo organizado, envolvendo diferentes sujeitos ao longo de suas etapas de desenvolvimento, o que contribuiu para a estruturação das ações e para o alinhamento da política às demandas do território.

Além disso, observe-se que esse processo envolve elementos importantes de governança, como planejamento, coordenação entre os atores e organização das ações, fundamentais para o desenvolvimento e continuidade da política no município.

Considerando esse percurso, apresenta-se o Quadro 1, que sintetiza o processo da política de economia solidária no município, desde suas etapas iniciais até o momento atual.

Quadro 1 – Processo da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB



Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas (2026).

A partir dessa sistematização, torna-se possível compreender não apenas como a política foi construída, mas também como ela se configura no presente. Nesse sentido, para analisar sua situação atual, faz-se necessário avançar na compreensão de como se estruturam seus mecanismos de organização, acompanhamento e funcionamento, especialmente no que se refere à governança da política.

Além da criação de instâncias, observa-se um processo de institucionalização da política pública, evidenciado pela criação de marcos legais que regulamentam sua organização, funcionamento e instrumentos, como o fundo municipal, o banco solidário e a moeda social. Essa dimensão normativa é evidenciada tanto nos documentos quanto nas entrevistas: “[...] *tudo [...] amarrado em lei [...] para que o outro gestor [...] não possa [...] derrubar [...]*” (E5)

Estando também fundamentada em um conjunto de instrumentos legais que formalizam sua organização, funcionamento e continuidade. Esses dispositivos representam um elemento central para a consolidação da política enquanto ação pública estruturada.

Nesse sentido, apresenta-se o Quadro 2, que sintetiza os principais instrumentos legais relacionados à política de economia solidária no município.

Quadro 2 – Instrumentos legais da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB

Instrumento Legal	Número / Ano	Finalidade	Importância para a política
Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária	Lei nº 1049/2025	Institui a política municipal, define princípios e cria o conselho e o fundo	Estabelece as bases institucionais da política
Lei do Programa de Economia Solidária, Banco Solidário e Moeda Social	Lei nº 1059/2025	Cria o programa, o banco solidário e a moeda social	Permite a execução prática da política
Lei do Plano Municipal de Economia Solidária	Lei nº 1070/2025	Aprova o plano com objetivos e metas	Orienta a execução da política no longo prazo
Decreto da Conferência Municipal	Decreto nº 425/2025	Convoca e organiza a conferência municipal	Garante participação social na construção da política
Decreto de criação do Conselho (CESDI)	Decreto nº 427/2025	Institui o conselho municipal de economia solidária	Fortalece a governança e o acompanhamento da política

Fonte: Elaboração própria, com base nos documentos legais (2026).

Como acima citado, a política se encontra respaldada por um conjunto de instrumentos legais. Esses dispositivos não apenas estruturam a política, mas também reforçam sua continuidade ao longo do tempo, em garantir a permanência da iniciativa, buscando evitar sua

descontinuidade diante de possíveis mudanças de gestão. Esse processo revela uma estratégia deliberada de consolidação dessa política pública. Ao estruturá-la com bases legais, o município avança no sentido de transformá-la em uma ação mais estável, reduzindo sua vulnerabilidade a futuras mudanças administrativas e reforçando sua legitimidade institucional.

Dando continuidade à análise, ao perguntar aos entrevistados sobre os principais benefícios e desafios da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, observa-se que as falas evidenciam não apenas os resultados da iniciativa, mas também aspectos relevantes da realidade local anterior à sua implementação.

No que se refere aos benefícios, os entrevistados destacam o fortalecimento da economia local, especialmente a partir da maior circulação de recursos no próprio município.

E3: “o mercado local vai se fortalecendo cada vez mais. Nós já temos um mercado de comércio local forte. Mas com essa questão da circulação da moeda local, ele vai ser potencializado cada vez mais. [...] O número de empregos aumentando, o número de investimentos dentro dos supermercados e entre os comerciantes também aumentando [...] eram valores que não entravam na economia do município.”

Da mesma forma, E4 ressalta que a implementação do Banco Solidário proporcionou maior autonomia aos beneficiários: *“as pessoas puderam comprar [...] o que realmente necessitam [...] também aquecer a economia local, porque são valores significativos, porém saindo do município, porque sempre nas licitações são geralmente empresas de fora que ganham” (E4)*. Além disso, E5 reforça esse movimento ao destacar que: *“era um dinheiro que saía todos os meses do município [...] agora está circulando dentro da economia local.”* Por outro lado, ao abordar os desafios, os entrevistados evidenciam dificuldades relacionadas ao engajamento da população, à resistência inicial e à fragilidade das estruturas organizativas locais.

Conforme destacado por E5: *“as associações não tinham mais nenhuma expectativa de funcionamento [...] não havia essa crença no coletivo [...] era difícil fazer as pessoas acreditarem.”* Da mesma forma, E4 aponta que: *“o maior desafio é engajar todas as pessoas [...] ainda há associações que não participam [...] é um processo.”*

Além disso, E3 evidencia que um dos principais desafios esteve relacionado à ausência de referências práticas no início da implementação: *“era convencer que era possível [...] a gente só tinha teoria [...] foi preciso buscar referências como o Banco Palmas.”* Nesse contexto, podemos entender que, a princípio não tivesse sido instituída formalmente uma política de economia solidária, mas conforme indicado no Plano Municipal de Economia Solidária, já existiam diversas iniciativas, como associações de produtores rurais e urbanos, cooperativas e grupos de produção. No entanto, as evidências empíricas indicam que, apesar da

existência das mesmas, essas estruturas apresentavam fragilidades significativas, especialmente no que se refere à continuidade das atividades, ao engajamento dos participantes e à confiança nas ações coletivas. A partir dessas falas, percebe-se que, embora apresentadas no contexto de benefícios e desafios, elas revelam elementos estruturais da realidade local, como a saída significativa de recursos do município, a fragilidade das associações e a necessidade de mobilização social.

Nesse sentido, essas evidências permitem compreender não apenas as transformações promovidas pela política, mas também as condições anteriores à sua implementação, indicando que a E.S. foi desenvolvida em um contexto marcado por desafios estruturais e pela necessidade de fortalecimento das iniciativas coletivas no município.

Ao perguntar aos entrevistados sobre a função social da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, bem como sobre o público-alvo atendido, analisa-se que a iniciativa é realizada como um instrumento de auxílio à promoção da inclusão social, ao fortalecimento da economia local e à ampliação da autonomia dos participantes.

No que se refere à função social, E3 destaca: *“...ela será um avanço muito grande no que diz respeito à circulação de recursos no próprio município [...] o plano foi construído a partir da comunidade [...] o valor é o de compartilhamento [...] ninguém consegue andar sozinho.”*. Reforçando a fala, E4 diz que: *“...o município pode desenvolver o IDH, uma economia local [...] é extremamente importante para um município pequeno como o nosso.”*. Já E6, contribui em sua fala sobre à promoção da inclusão social: *“...é através dessas políticas que se consegue chegar a quem realmente precisa [...] especialmente a população mais carente.”*. Além disso, E7 evidencia a ampliação da autonomia dos beneficiários: *“...a economia solidária deu autonomia às pessoas [...] hoje elas utilizam o cartão e compram o que realmente precisam.”*. Dessa forma os entrevistados indicam que a política é inicialmente direcionada a grupos em situação de vulnerabilidade. Conforme evidenciado por E6: *“...esse público mais necessitado [...] que busca melhorar suas condições.”*

Diante dessa narrativa, observe-se também a perspectiva de ampliação do alcance da política, conforme apontado por E3: *“...a ideia é que toda a comunidade esteja envolvida [...] depois se estende para outros grupos.”*. O que nós relata E5, quando destaca a estratégia inicial de implementação: *“...estamos trabalhando com associações [...], mas outros grupos também fazem parte.”*. Além disso, E2 aponta a intenção de expansão para outros segmentos: *“...queremos contemplar todos os comércios locais [...] não só os beneficiários.”*. A partir dessas falas, verifica-se que a política apresenta um caráter inclusivo e progressivo da política,

sendo inicialmente direcionada a grupos em situação de vulnerabilidade, mas com potencial de ampliação para outros segmentos da comunidade.

Nesse sentido, entende-se que a função social da política está diretamente associada à redução de desigualdades, ao fortalecimento da economia local e à promoção da autonomia dos participantes, ao mesmo tempo em que evidencia seu potencial de expansão e consolidação no território. Assim, observe-se que a política se configura como uma estratégia de desenvolvimento local e responsabilidade social, ao integrar diferentes sujeitos e promover práticas econômicas mais inclusivas e participativas.

Já no que se refere à operacionalização da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, destaca-se a criação do Banco Solidário como um dos principais instrumentos de execução das ações propostas. Pois ao perguntar aos entrevistados sobre a finalidade e o funcionamento do Banco Solidário, observa-se que sua criação esteve diretamente relacionada à necessidade de fortalecer a economia local e promover maior autonomia aos beneficiários das políticas públicas. Conforme destacado por E3: ***“a finalidade do banco foi ajudar os beneficiários [...] porque antes era tudo feito por licitação [...] o dinheiro ia para fora [...] agora circula no município.”*** Da mesma forma, os entrevistados apontam que a substituição da distribuição de cestas básicas por um sistema baseado no uso de moeda social possibilitou mudanças significativas na dinâmica econômica local. Conforme evidenciado por E4: ***“as pessoas deixaram de receber a cesta pronta [...] e passaram a escolher o que comprar [...] o que também contribui para aquecer a economia local.”*** Podemos entender com esses relatos, que a economia solidária, realmente contribui de forma positiva.

Observa-se ainda que o Banco Solidário representa não apenas um mecanismo de distribuição de benefícios, mas também uma estratégia de fortalecimento dos arranjos produtivos locais e de incentivo à circulação de recursos dentro do próprio município. Conforme indicado nas falas dos entrevistados, a utilização da moeda social e do cartão vinculado ao banco tem contribuído para integrar população que é beneficiada no Programa “Comida na mesa”, comerciantes e produtores locais em uma mesma dinâmica econômica.

A partir dessas evidências, percebe-se que o Banco Solidário desempenha papel central na operacionalização da política de economia solidária, atuando como instrumento de articulação entre as ações sociais e o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, observa-se que a criação do banco representa um avanço na forma de execução das políticas públicas

no município, ao promover maior autonomia, incentivando o consumo local e fortalecendo as relações econômicas dentro do território.

No que se refere ao monitoramento da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, observa-se que esse processo vem sendo desenvolvido de forma gradual, apresentando características tanto formais quanto informais. Em concordância com isso, foi perguntado aos entrevistados sobre como ocorre o acompanhamento das ações, e verificou-se, através de monitoramento, de modo geral, e também realizado por meio de diferentes práticas, como reuniões, encontros com os participantes e articulação entre os atores envolvidos.

Conforme destacado por E3: ***“até então, a gente está fazendo isso oralmente [...] ainda não conseguimos estruturar totalmente esse monitoramento.”***. Já E5 aponta que: ***“o monitoramento acontece nas reuniões, nas visitas e na articulação entre as associações [...]”***. Além disso, E8 evidencia a atuação de instâncias formais nesse processo, nos dizendo que : ***“o monitoramento é feito pelo Conselho Municipal de Economia Solidária e pelo Central de Associações [...]”***. Podemos entender com isso, que a presença dessas instâncias indica um avanço significativo no processo de institucionalização da governança, ao estabelecer mecanismos formais de participação e organização coletiva. Nesse sentido, a governança deixa de ser apenas relacional ou informal e passa a ser sustentada por estruturas reconhecidas institucionalmente, o que contribui para maior estabilidade e legitimidade da política.

Por outro lado, observa-se que a fala do entrevistado E7 está diretamente relacionada ao acompanhamento das ações do Banco Solidário, especialmente no contexto inicial de sua implementação. ***“a gente está marcando encontros [...] para avaliar com a população [...] como a economia solidária está funcionando.”***. Nesse caso, essa prática de acompanhamento está associada ao momento recente de operacionalização do banco, iniciado no mês de março 2026, com a distribuição dos cartões e o início da circulação da moeda social.

Assim, esses encontros configuram-se como estratégias de avaliação inicial do funcionamento do Banco Solidário, permitindo acompanhar, junto à população, os efeitos das ações em sua fase inicial. Por outro lado, o monitoramento do Banco Solidário ocorre por meio do sistema denominado “E-dinheiro”, o qual permite o acesso às contas vinculadas à moeda social, possibilitando a visualização das movimentações financeiras, bem como o cadastro de usuários e empreendimento participantes.

Contudo, verificou-se que o acesso a essa plataforma não ocorre de forma plena no contexto analisado. Conforme evidenciado nas entrevistas, ***“o nível de acesso é mais limitado quando comparado a outros municípios, restringindo-se a funcionalidades básicas do***

sistema” (E2). Dessa forma, o acompanhamento das informações não se realiza de maneira totalmente autônoma, sendo necessário, em determinados casos, o estabelecimento de comunicação com outros agentes responsáveis pela gestão da plataforma.

Paralelamente ao uso do sistema digital, destaca-se o papel do Banco Solidário como agente fundamental no monitoramento da política pública em nível local. O banco atua diretamente no acompanhamento da circulação da moeda social, no relacionamento com os usuários e no registro das atividades econômicas dos empreendimentos, configurando-se como um mecanismo de monitoramento territorial baseado na proximidade com a comunidade.

Entretanto, observa-se que tanto as limitações de acesso ao sistema quanto a dependência de mecanismos informais podem comprometer a padronização e a eficiência do monitoramento. Esse cenário evidencia uma tensão entre os instrumentos formais de gestão e as práticas operacionais desenvolvidas no território, indicando que o processo de monitoramento ainda se encontra em fase de consolidação.

Dessa forma, verifica-se que o monitoramento da política ocorre por meio de diferentes estratégias, abrangendo tanto práticas mais gerais de acompanhamento quanto ações específicas relacionadas à implementação de seus instrumentos, como o Banco Solidário, combinando práticas formais e informais de acompanhamento. Tal configuração evidencia que, embora a política apresente avanços significativos em sua estruturação, seus mecanismos de monitoramento ainda se encontram em processo de melhorias, refletindo o caráter recente e ainda em desenvolvimento da iniciativa.

De modo geral, a análise dos resultados permite compreender que a política de economia solidária no município de Dona Inês apresenta avanços significativos tanto em sua estrutura de governança quanto em sua dimensão social. Observa-se que a política se desenvolve a partir da articulação entre diferentes sujeitos, sendo estruturada por mecanismos institucionais, legais e operacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa e análise realizada, desse estudo, que teve como objetivo analisar a responsabilidade social a partir da governança referente a economia solidária no município de Dona Inês – PB, com ênfase na constituição e no gerenciamento do Banco Solidário.

Os resultados evidenciam que a implementação da política de economia solidária no município se configura como um processo recente que vem crescendo gradativamente, construído de forma participativa e articulado entre diferentes atores, incluindo gestão pública, instituições de ensino superior e a comunidade local. Tal processo foi marcado por ações de mobilização, capacitação e construção coletiva, contribuindo para a estruturação da política no território.

No que se refere à governança, observou-se que a política apresenta elementos relevantes, como a participação dos atores locais, a atuação de instâncias institucionais e a construção de instrumentos como o Plano Municipal de Economia Solidária. Além disso, o Banco Solidário destaca-se como um dos principais mecanismos de operacionalização da política, promovendo mudanças na dinâmica econômica local, especialmente no que se refere à circulação de recursos e à ampliação da autonomia dos beneficiários.

Entretanto, também foram identificados desafios, como o fato de que certas práticas, como o monitoramento, ainda se encontram em processo de desenvolvimento, refletindo o caráter recente da política.

Diante desses resultados, conclui-se que a governança da economia solidária no município de Dona Inês – PB vem se estruturando de forma progressiva, revelando avanços importantes, embora ainda em consolidação.

Nesse contexto, destaca-se que a responsabilidade social, apesar de não estar muito explícita, apresenta características de acordo com as falas dos entrevistados, de maneira intrínseca à forma como a política é conduzida. Tal aspecto evidencia-se especialmente na participação dos atores locais, na construção coletiva das ações e na promoção da autonomia dos beneficiários, elementos que valorizam para o desenvolvimento local e para o fortalecimento das relações sociais no território.

Assim, compreende-se que a responsabilidade social, constatada no trabalho realizado, não se limita a um conceito teórico, mas se materializa nas práticas de governança governamentais, demonstrando que a forma de condução da política exerce influência direta sobre os impactos sociais gerados para a comunidade.

Como contribuição do presente estudo, propõe-se o fortalecimento das práticas relacionadas à governança da política de economia solidária no município de Dona Inês – PB, considerando o caráter recente e em processo de obrigações das ações desenvolvidas.

Inicialmente, como contribuição, a importância da implementação de ações contínuas de capacitação aos diferentes atores envolvidos na política, incluindo beneficiários, gestores e demais participantes. Tal proposta justifica-se pela perspectiva de expansão da política, evidenciada nas falas dos entrevistados, que aponta a possibilidade de ampliação para novos empreendimentos e maior participação da comunidade.

Nesse sentido, a capacitação contínua torna-se essencial para garantir que os atuais e novos participantes compreendam os princípios da economia solidária, o funcionamento do Banco Solidário, as formas de participação nas ações desenvolvidas e as atualizações das políticas no município contribuindo para o fortalecimento e a sustentabilidade da política ao longo do tempo.

Propõe-se que essas ações sejam elaboradas de forma articulada com as estruturas já existentes, como o Conselho Municipal de Economia Solidária e a gestão pública, podendo contar também com o apoio de instituições parceiras.

As capacitações podem ocorrer por meio de escritórios, encontros formativos e momentos de orientação integrados às reuniões próprias já realizadas, permitindo que o processo formativo seja desenvolvido de maneira contínua e alinhada à realidade dos participantes. Quanto à periodicidade, sugere-se que essas ações ocorram de forma regular, como encontros mensais ou bimestrais, ou conforme a necessidade indicada no processo de implementação.

No que se refere ao monitoramento, propõe-se o aprimoramento gradual das práticas já existentes, como reuniões, encontros e acompanhamento direto das ações, permitindo que o processo evolua de forma progressiva, acompanhando o amadurecimento da política.

Adicionalmente, sugere-se o fortalecimento dos mecanismos de transparência e acesso à informação, por meio da organização e disponibilização dos registros já existentes, mas de forma mais detalhada, como atas de reuniões e deliberações dos conselhos, em canais institucionais acessíveis à comunidade, como o site da prefeitura ou outros meios oficiais de comunicação. Nesse sentido, o acesso às informações pode ocorrer de forma estruturada, seja por disponibilização direta ou mediante solicitação, garantindo a organização dos dados e o respeito às especificidades do contexto local.

Dessa forma, as propostas apresentadas buscam contribuir para o fortalecimento da governança da economia solidária no município, potencializando seus impactos sociais e econômicos e reforçando sua dimensão enquanto prática de responsabilidade social.

6.REFERÊNCIAS

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. *A Secretaria Nacional de Economia Solidária: uma experiência de governança pública*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91635>.

LEVAY, Marco Antônio. Uma avaliação do processo de implementação da política pública de economia solidária no Recife sob a ótica dos gestores e beneficiários. *Revista Política Hoje*, v. 28, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51359/1808-8708.2019.239934> (doi.org in Bing). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/239934>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). *Economia Solidária*. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. ISBN 85-86469-51-3. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/17-Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>.

SILVA Jr., Jeová Torres; MÁSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (org.). *Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção*. Juazeiro do Norte: ENAPEGS, 2008. Disponível em: https://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-ColeçãoEnapegsV1_GestãoSocialPraticasDebatesTeoriasConstrução.pdf.

IBGE. *Cidades@ – Panorama de Dona Inês (PB)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas: Universidade Estadual do Tocantins – Unitins; Taubaté: Universidade de Taubaté, v. 7, n. 17, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844>.

SILVA, Sandro Pereira. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/bad93e11-a9a1-41bd-9b2e-6dbef19ccc54/content>.

PINHO, Cássia Marcelle Dias. Governança cooperativa: adesão às boas práticas no contexto das cooperativas da agricultura familiar e solidária. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/062c6429-fe19-4e27-ab83-3c656d776d75/content>

LOPES, Tiago Amaro. Responsabilidade social: gênese e crítica. 2019. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Disponível em:

https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13175/1/Monografia_TiagoAmaroLopes.pdf.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.

Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 36-44, jul./set. 2002.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/gKrDCKY6YjZW8JhBCpZdxfv/?format=html&lang=pt>.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN. *Revista Eletrônica de Educação, [S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 383–387, 2012. DOI: 10.14244/%19827199291. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC Rio, 2006

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

APENDICÊS

APENDICÊ A – QUESTIONÁRIO

PARTE I - POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA MUNICÍPIO DONA INÊS

- 1- Como surgiu a iniciativa da política da economia solidária no município?
- 2- Quais foram os procedimentos adotados para implantar política de economia solidária?
- 3- Quais foram os maiores desafios enfrentados para essa iniciativa?
- 4- Qual o amparo legal para implementação da política de economia solidária?
- 5- Qual sua compreensão sobre a função social da política de economia solidária implantada no município de Dona Inês?
- 6- Quais os valores que norteiam a política de economia solidária implantada no município?
- 7- Qual o público-alvo da política de economia solidária no município de Dona Inês?
- 8- Qual (is) o (s) principal (is) benefício (s) e vantagem (ns) que você poderia citar na implantação da política de economia solidária no município?
- 9- Como se procede o monitoramento da política de economia solidária, no município?
- 10- Qual (is) a (s) principal (is) parceria (s) que contribuíram e contribui para implementação da política no município?
- 11- Qual a sua expectativa de médio e longo prazo em relação a política de economia solidária para o município de Dona Inês?
- 12- Existe algum órgão de controle e acompanhamento da política de economia solidária no município? Se sim, qual a composição? Frequência de reuniões? Onde são publicizados atos deliberativos (atas de reuniões)?

PARTE II – BANCO SOLIDÁRIO DE DONA INÊS

1. Qual (is) a (s) finalidade (s) do Banco Solidário de Dona Inês?
2. Qual (is) o (s) público (s)-alvo do Banco?
3. Qual (is) o (s) produto (s) oferecido (s)?
4. Qual (is) o (s) principal (is) benefício (s) e vantagem (ns) que você poderia citar do Banco Comunitário para o município de Dona Inês?
5. Como está estruturado o Banco Solidário do ponto de vista deliberativo e executivo?
6. Como se procede o monitoramento das atividades do Banco Solidário?

7. Qual (is) o (s) indicador (es) de avaliação de desempenho da gestão do Banco?
8. Qual (is) a (s) estratégia (s) estabelecida (s) para a sustentabilidade financeira do Banco?
9. Existe algum documento formal, como regimento interno ou estatuto, que organize o funcionamento do Banco?
10. Qual (is) o (s) mecanismo (s) utilizados para o envolvimento da comunidade no processo de aceitação e envolvimento com o (s) produto (s) do Banco?
11. Existe algum órgão de controle e acompanhamento do Banco Comunitário? Se sim, qual a composição? Frequência de reuniões? Onde são publicizados atos deliberativos (atas de reuniões)?
12. Quais são as principais parcerias públicas e privadas estão formalizadas para o funcionamento do Banco? De que forma participam?